

OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA:

experiência na Assessoria Técnica Popular em Fortaleza-CE

CONTEXTO E PROCESSO

A Ocupação Carlos Marighella se iniciou em junho de 2020 no bairro Mondubim, na periferia de Fortaleza. O processo de formação da comunidade surgiu com a grave crise sanitária e econômica vivenciada durante a pandemia da COVID-19, na qual muitas famílias se encontraram sem condições de pagar o aluguel de suas residências.

A ocupação do terreno ocorreu de maneira espontânea e bastante rápida, com duas famílias iniciando o processo. Depois, outras famílias, próximas daquelas ou de movimentos sociais, foram chegando e montando seus barracos, totalizando 85 famílias logo na primeira semana. Em seguida, os ocupantes passaram a sofrer repressões por parte tanto de agentes de segurança privada quanto do poder público, com sucessivas tentativas de remoção.

Contudo, estes tensionamentos também abriram possibilidades de mediação entre a comunidade, a Prefeitura Municipal e o proprietário do terreno. Isso fez com que os movimentos sociais ligados à Ocupação contactassem grupos de direitos humanos e assessorias técnicas para ampará-los nesse processo. Esta iniciativa foi imprescindível para o desenvolvimento de nosso trabalho com a comunidade.



MATERIALIZAÇÃO DA ASSESSORIA TÉCNICA

A multiplicidade de agentes atuantes na Ocupação possibilitou o desenvolvimento de ações e documentos técnicos em diversas escalas, atendendo às demandas de cada período durante o processo do trabalho. Assim, a assessoria técnica habitacional representada por nós, então alunas da RAU+E, em parceria com a Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade e outros agentes sociais, atuou no desenvolvimento de cinco documentos técnicos entre julho de 2020 e dezembro de 2021.

O Plano Emergencial de Negociação foi o primeiro destes, com a finalidade de mediar os conflitos iniciais e garantir o direito de permanência das famílias no território. Este plano firmou a responsabilidade do Estado e evidenciou a viabilidade institucional, espacial e financeira para garantir o direito à moradia digna daquelas famílias. O documento foi entregue à Prefeitura Municipal pelos moradores e a equipe técnica, resultando na desafetação de um terreno público próximo à ocupação inicial e no comprometimento municipal em construir as habitações para a comunidade de forma participativa.

O Plano de Zoneamento Emergencial teve como objetivo principal a elaboração em

curto prazo da ocupação espacial do novo terreno, em etapas, demarcando os lotes destinados às famílias de acordo com as urgências apresentadas pela comunidade.

Paralelamente, a equipe técnica propôs a elaboração de um Plano Popular Urbanístico e Ambiental, a ser desenvolvido em longo prazo. Para dar suporte ao futuro plano popular, elaboramos o Diagnóstico Urbanístico e Ambiental, um levantamento preliminar do terreno desafetado. Este conteve dados e cartografia referentes à legislação e infraestrutura urbanas, e ao acesso a equipamentos públicos, além de uma avaliação ambiental desenvolvida por profissionais da área, com levantamento dos recursos hídricos e da fauna e flora existentes e uma análise do solo.

Já em julho de 2021, pressionada pela equipe técnica, a Prefeitura enviou o Termo de Referência para a contratação de nossa equipe de ATHIS já atuante e a realização do projeto urbanístico e habitacional da Ocupação. Contudo as lacunas técnicas do documento recebido e as incompatibilidades com as demandas da comunidade exigiram que nossa própria equipe ajustasse o termo para as condições acordadas entre a comunidade e o poder público.



CARLOS MARIGHELLA



AUTORAS: Janaína de Brito e Mariana Oliveira

CO-AUTORES: Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade

TUTORES: Luis Renato Bezerra Pequeno e João Maurício Santana Ramos

COMUNIDADE: Ocupação Carlos Marighella, Mondubim, Fortaleza, Ceará

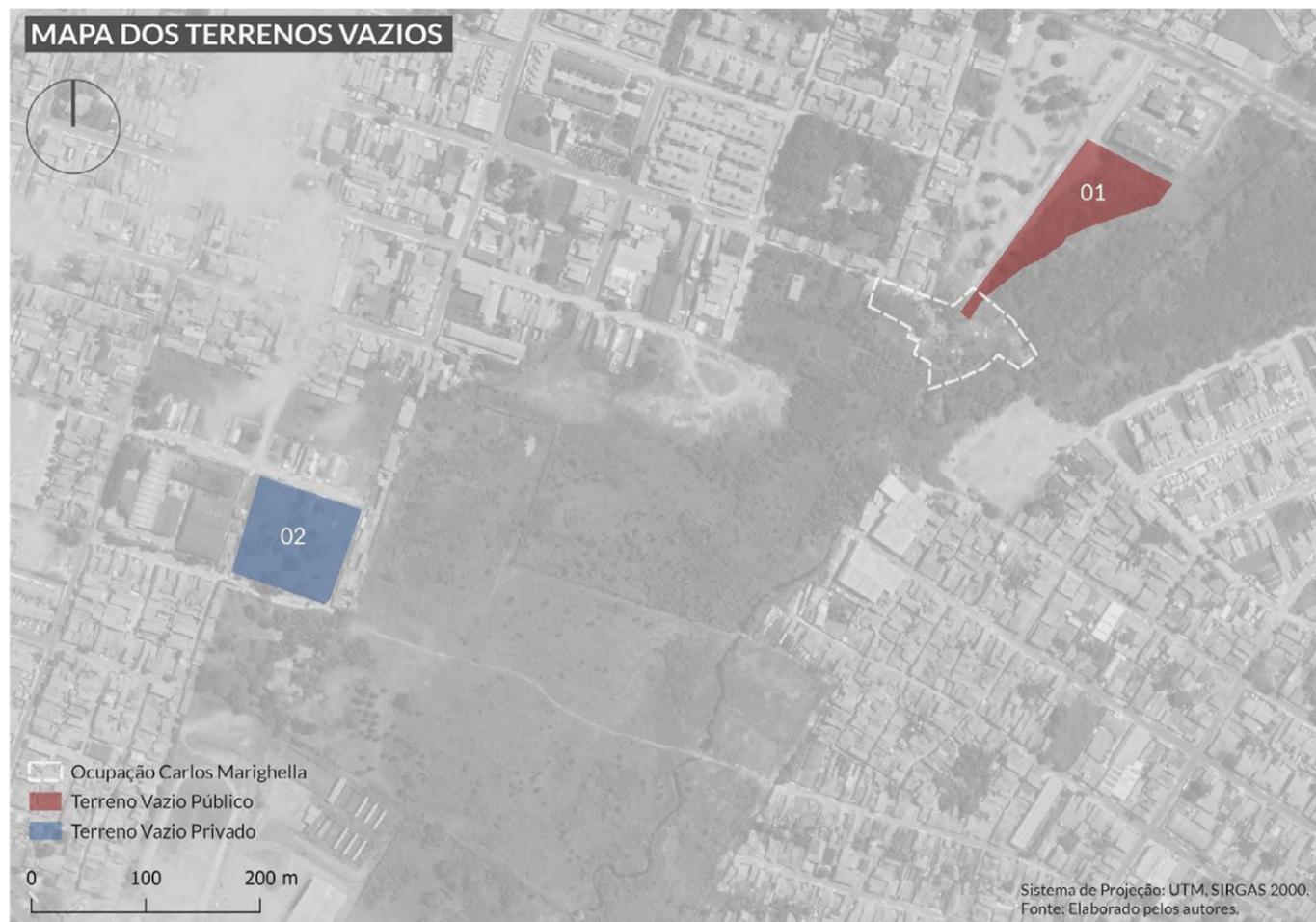
75 FAMÍLIAS

ACESSE O TRABALHO COMPLETO [AQUI](#)



Mesmo com o acordo entre as partes, a equipe técnica e a comunidade decidiram escrever uma proposta para o Edital de apoio institucional à Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará. Esta seria uma forma de rearticular os moradores e adiantar algumas atividades para a construção do projeto participativo habitacional. Assim, a equipe conseguiu captar 20 mil reais para desenvolver o Estudo Preliminar Participativo da Comunidade Carlos Marighella. Com este recurso, foi possível realizar o um censo comunitário para coletar dados acerca das famílias e das características físicas das habitações temporárias. Constituímos assim uma base de dados que também serviria como cadastramento, atualizando as famílias que estão de fato articuladas com a Ocupação, bem como a quantidade de moradores.

Além disso, foram realizadas cinco oficinas semanais, usando metodologias participativas de elaboração do projeto com a comunidade. Partimos da discussão situacional da propriedade do terreno, seguida do exercício de pensar o espaço além das habitações, entendendo as dimensões do terreno, suas limitações espaciais e a implantação, até chegar à tipologia habitacional. Essas atividades possibilitaram um maior discernimento entre o que os moradores idealizavam e a realidade territorial na qual se encontram. Contudo, ao final dos trabalhos do edital, não se chegou a um consenso acerca do projeto habitacional a ser construído.



DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS

É importante reiterar que a diversidade de grupos apoiadores proporcionou tanto uma amplitude na produção dos trabalhos técnicos quanto a continuidade da assessoria na Ocupação. Nossa participação através da RAU+E somou-se aos agentes dessa teia, cujas ações foram iniciadas antes de nosso trabalho e têm sido continuadas após sua conclusão, entendendo que as contribuições apresentadas servem de suporte aos agentes posteriores e às demandas futuras.

O Plano Popular Urbanístico e Ambiental da Ocupação Carlos Marighella, em especial, representa o elo de continuidade da assessoria. Trata-se de um trabalho possível de ser desenvolvido futuramente, tendo em vista o modo como norteou o trabalho técnico. Considerando ainda seu alcance por meio da articulação em rede desenhada durante este trabalho, reafirma-se no plano a intenção de continuidade, mesmo com outros assessores, possibilitando a construção de uma assessoria técnica contínua, permeada por diversos atores, mas com um objetivo em comum.

